

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO E 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Junho		Dezembro		Passivo	Nota	Junho		Dezembro	
		2020	2019	2020	2019			2020	2019		
Circulante		68.926.542	41.403.938			Circulante		56.540.371	32.610.739		
Caixa e equivalentes de caixa	5	40.742.920	31.134.776			Depósitos	13a	4.490.384	3.543.502		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	1.040.708	135.048			Depósitos à vista		223.559	320.047		
Aplicações no mercado aberto		1.006.666	-			Depósitos interfinanceiros		-	11.698		
Aplicações em moeda estrangeira		34.042	135.048			Depósitos a prazo		4.266.825	3.211.757		
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		14.271.030	4.548.299			Captações no mercado aberto	13b	4.654.204	7.536.901		
Carteira própria	7	2.705.000	1.378.856			Carteira de terceiros		4.033.410	7.341.853		
Vinculados à prestação de garantias	7	9.442.488	2.494.733			Carteira livre movimentação		487.674	162.209		
Instrumentos financeiros derivativos	8	2.123.542	674.710			Captação COE		133.120	32.839		
Relações interfinanceiras e interdependências		5.069	4.372			Relações interfinanceiras		14.859	-		
Depósitos no Banco Central		5.046	4.372			Recebimentos e pagamentos a liquidar		14.859	-		
Outros		23	-			Relações interdependências		56.082	74.885		
Operações de crédito	9	1.657.654	778.589			Recursos em trânsito de terceiros		56.082	74.885		
Empréstimo de ações		29.777	50.763			Obrigações por empréstimos	14	32.289.066	15.328.827		
Setor privado		1.639.593	728.985			Empréstimos no exterior		32.289.066	15.328.827		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(11.176)	(1.159)			Instrumentos financeiros derivativos	8	3.069.505	1.004.099		
Outros créditos		11.206.627	4.800.033			Instrumentos financeiros derivativos		3.069.505	1.004.099		
Carteira de câmbio	10a	9.644.500	4.038.533			Outras obrigações		11.966.271	5.122.525		
Rendas a receber		48.291	108.397			Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		8.037	12.210		
Negociação e intermediação de valores	10b	832.956	523.521			Carteira de câmbio	10a	7.202.333	2.691.661		
Diversos	10c	700.763	133.860			Sociais e estatutárias		11.227	21.487		
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	9	(19.883)	(4.278)			Outras obrigações fiscais	10e	380.189	271.997		
Outros valores e bens		2.534	2.821			Negociação e intermediação de valores	10b	4.073.571	1.863.511		
Despesas antecipadas		2.534	2.821			Diversas	10g	290.914	261.659		
Não Circulante		7.793.502	4.325.128			Não circulante		14.623.221	7.631.899		
Realizável a longo prazo		7.702.224	4.231.130			Depósitos	13a	4.250.941	2.607.225		
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		5.569.469	2.353.733			Depósitos interfinanceiros		155.930	97.429		
Carteira própria	7	740.564	759.582			Depósitos a prazo		4.095.011	2.509.796		
Instrumentos financeiros derivativos	8	4.828.905	1.594.151			Captações no mercado aberto	13b	295.377	361.764		
Operações de crédito	9	564.739	608.063			Captação COE		295.377	361.764		
Setor privado		566.103	611.295			Instrumentos financeiros derivativos	8	9.222.548	3.745.197		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(1.364)	(3.232)			Instrumentos financeiros derivativos		9.222.548	3.745.197		
Outros créditos		1.568.016	1.269.334			Outras obrigações		854.355	917.713		
Créditos tributários	10d	660.788	476.327			Obrigações fiscais diferidas	10d	49.197	125.276		
Diversos	10c	1.041.589	802.772			Provisões para passivos contingentes e obrigações legais	10f	602.049	599.499		
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	9	(134.361)	(9.765)			Diversas	10g	203.109	192.938		
Investimentos		4.991	3.638			Resultados de exercícios futuros		1.727	1.741		
Provisão para perdas		(370)	(370)			Patrimônio líquido	16	5.554.725	5.484.687		
Imobilizado	11	80.930	85.003			Capital social		2.810.981	2.810.981		
Imóveis de uso		53.841	53.461			De domiciliados no país		6.959	6.644		
Outras imobilizações de uso		126.358	122.504			De domiciliados no exterior		2.804.022	2.676.837		
Depreciações acumuladas		(99.269)	(90.962)			Aumento de capital		-	127.500		
Intangível	12	5.727	5.727			Reserva de capital		47.996	46.642		
Outros ativos intangíveis		25.092	25.092			Reservas de lucros		2.210.751	2.207.256		
(Provisão para outros créditos de valor recuperável de ativos intangíveis)		(19.365)	(19.365)			Lucros acumulados		66.772	66.772		
Total do ativo		76.720.044	45.729.066			Outros resultados abrangentes		(8.250)	50		
						Ações em tesouraria		(4.940)	(4.940)		
						Participação de não controladores		431.415	424.698		
						Total do passivo e patrimônio líquido		76.720.044	45.729.066		

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Jan-Jun/2020	Jan-Jun/2019
Receitas da intermediação financeira		8.045.536	1.228.851
Operações de crédito		61.177	42.561
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		(1.582.854)	965.406
Resultado de operações de câmbio		1.087.356	364.337
Resultado de aplicações compulsórias		-	1.385
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	8f	8.479.857	(144.838)
Despesas da intermediação financeira		(7.606.710)	(700.939)
Operações de captações no mercado		(275.778)	(535.719)
Operações de empréstimos e repasses		(7.185.253)	(155.589)
Provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa	9e	(145.679)	(17.631)
Resultado bruto da intermediação financeira		438.826	519.912
Outras receitas (despesas) operacionais		(279.815)	(214.929)
Receitas de prestação de serviços	19c	398.283	326.236
Despesas pessoais		(450.267)	(370.727)
Outras despesas administrativas	19d	(132.564)	(117.915)
Despesas tributárias		(115.076)	(54.097)
Outras despesas com provisões	19e	(6.913)	(10.930)
Outros resultados operacionais	19f	26.722	12.504
Resultado operacional		159.011	304.983
Resultado não operacional		(2)	(72)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		159.009	304.911
Imposto de renda e contribuição social	15	(70.420)	(147.547)
Provisão para imposto de renda		(203.154)	(41.429)
Provisão para contribuição social		(121.016)	(21.225)
Ativo/passivo fiscal diferido		253.750	(84.893)
Participações no lucro	19g	(11.605)	(10.731)
Lucro líquido do período		76.984	146.633
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores		70.287	139.263
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores		6.717	7.370

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO

(Em milhares de reais)

	Nota	Jan-Jun/2020	Jan-Jun/2019
Lucro líquido do período		76.984	146.633
Ativos financeiros disponíveis para venda		(8.300)	7.135
Varição de valor justo		(15.090)	11.892
Efeito fiscal		6.690	(4.757)
Outros ativos financeiros		1.354	1.058
Varição de valor justo		1.354	1.058
Total dos resultados abrangentes que podem ser reclassificados para a demonstração do resultado		(6.946)	8.193
Total do resultado abrangente no período		70.038	154.826

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO

(Em milhares de reais)

	Nota	Jan-Jun/2020	Jan-Jun/2019
Atividades operacionais		23.930	255.569
Lucro líquido ajustado		76.984	146.633
Ajuste ao lucro líquido:		(100.914)	108.936
Constituição de provisão para operações de crédito e outros créditos de liquidação duvidosa	9e	145.679	17.631
Depreciações e amortizações		8.315	8.250
Provisões/(Reversões) para contingências		6.258	10.802
Atualização de depósitos judiciais		(7.418)	(12.712)
Constituição/(Reversão) de ativo fiscal diferido	10d	(253.750)	84.893
Prejuízo na alienação de imobilizado		2	72
Varição de ativos e obrigações		(7.323.921)	6.083.109
Aumento em aplicações interfinanceiras de liquidez (Aumento)/Redução em depósitos e instrumentos financeiros derivativos (Ativos/Passivos)		(5.430.688)	2.332.974
Aumento em relações interfinanceiras e interdependências (Ativas/Passivas)		(4.641)	(420.466)
Aumento/(Redução) em depósitos		2.590.598	(886.511)
Aumento/(Redução) em captações no mercado aberto		(2.949.084)	3.127.324
(Aumento)/Redução em operações de crédito		(844.430)	231.888
Aumento em outros créditos		(6.687.641)	(30.483.888)
Redução/(Aumento) em outros valores e bens		287	(907)
Aumento em outras obrigações		7.155.490	32.250.091
Imposto de renda e contribuição social pagos		(302.069)	(101.522)
Redução em resultados de exercícios futuros		(14)	(92)
Juros recebidos		53.931	43.116
Caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades operacionais		(7.347.851)	6.338.678
Atividades de investimento		(4.244)	(2.129)
Imobilizado de uso (aquisições e vendas)		(4.244)	(2.129)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(4.244)	(2.129)
Atividades de financiamento		16.960.239	(423.287)
Aumento/(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses		16.960.239	(423.287)
Juros pagos		-	(68.369)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades de financiamento		16.960.239	(491.656)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		9.608.144	5.844.893
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	5	31.134.776	21.652.332
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	5	40.742.920	27.497.225
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		9.608.144	5.844.893

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO

(Em milhares de reais)

Nota	Capital social	Aumento de capital	Reservas de capital		Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
			investimento	Outras reservas	Legal	Esta-tutária						
Em 31 de dezembro de 2018	2.453.981	-	24.939	17.638	211.466	1.526.257	(7.325)	-	(4.940)	4.451.516	410.168	4.861.684
Aumento de capital	16	229.500	(229.500)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do período		-	-	1.058	-	-	7.135	139.263	-	147.456	7.370	154.826
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	139.263	-	139.263	7.370	146.633
Outros resultados abrangentes da controladora		-	-	1.058	-	-	7.135	-	8.193	-	-	8.193
Reserva legal		-	-	-	6.944	-	-	(6.944)	-	-	-	-
Em 30 de junho de 2019	2.683.481	(229.500)	24.939	18.696	218.410	1.526.257	(190)	132.319	(4.940)	4.598.972	417.538	5.016.510
Em 31 de dezembro de 2019	2.683.481	127.500	24.939	21.703	242.405	1.964.851	50	-	(4.940)	5.059.989	424.698	5.484.687
Aumento de capital	16	127.500	(127.500)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do período		-</										

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) **Risco de mercado** - É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelas empresas do Conglomerado. O risco de mercado inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxa de juros, renda variável e de preços de mercadorias (*commodities*). O estabelecimento de funções segregadas entre as áreas de negócio (tomadoras de risco) e a área de Risco de Mercado (encarregada da medição, análise, controle e informação de riscos) proporciona suficiente independência e autonomia para um adequado controle de riscos. Os limites estabelecidos têm como objetivo assegurar o alinhamento das exposições a risco de mercado com o apetite ao risco do Conglomerado. As operações realizadas restringem-se a mercados e produtos autorizados para os quais é realizada identificação prévia dos riscos inerentes e verificação da adequação da infraestrutura de controle.

(b) **Risco operacional** - É o risco associado a processos internos falhos ou inadequados, falhas humanas ou sistemas, ou eventos externos. Risco operacional inclui o risco de segurança cibernética, continuidade de negócios ou tecnologia, risco de fraudes em pagamentos e terceirização de atividades. O risco operacional é inerente às atividades do Conglomerado e pode manifestar-se de várias formas incluindo atos fraudulentos, interrupção de negócios, comportamento inadequado de colaboradores, falha no cumprimento de leis e regulamentos, ou falha na prestação de serviços por parte de terceiros contratados. Estes eventos podem resultar em perdas financeiras, litígios, multas regulatórias ou outras penalidades. Para monitorar e controlar os riscos operacionais, o Conglomerado possui um arcabouço de gestão de risco, definido de forma a promover um ambiente efetivo para o controle de riscos. Os componentes principais deste arcabouço são: monitoramento e comunicação, identificação e avaliação, medição, e governança. A área de gestão de risco é responsável por prescrever o arcabouço acima mencionado além de prover uma supervisão independente, enquanto que as linhas de negócio e as funções corporativas são as áreas responsáveis pela implementação. O Conglomerado mantém uma supervisão da execução das políticas, práticas e governança de risco operacional. A gestão deste risco é voltada para reduzir as perdas operacionais através de controles que incluem ferramentas específicas utilizadas em todo o Conglomerado e alinhadas com a matriz. Estas ferramentas incluem análise de perdas operacionais e eventos de risco, suas causas, planos de ação, métricas de controle entre outros. Os comitês de governança são definidos e estruturados de forma a dar transparência à informação e permitir escalar eventos significativos, riscos emergentes e garantir a solução dos problemas relacionados aos riscos operacionais identificados.

(c) **Risco de liquidez** - É definido como a possibilidade de ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento do Conglomerado, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O grupo responsável pelo gerenciamento de risco de liquidez utiliza mecanismos que incluem a projeção do fluxo de caixa futuro e a manutenção de indicador mínimo aplicado aos ativos de alta liquidez do Conglomerado.

(d) **Risco de crédito** - É definido como a possibilidade de perda pelo não recebimento dos valores contratados junto a clientes em decorrência da incapacidade econômico-financeira da contraparte. As principais atribuições da área de crédito no Brasil são a avaliação da capacidade dos clientes de gerarem recursos suficientes para a liquidação de suas obrigações, atribuição de uma classificação de risco (*rating*), aprovação de forma independente dos limites de crédito atribuídos aos clientes, monitoramento e gerenciamento da respectiva utilização dos limites e implementação de ações de adequação dos riscos frente a potencial deterioração do crédito. O risco de crédito é minimizado utilizando mecanismos de monitoramento, avaliação e gerenciamento do portfólio de crédito sob o ponto de vista de possíveis concentrações em clientes, *ratings*, setores econômicos, regiões ou produtos, assegurando uma distribuição equilibrada de riscos.

(e) **Gerenciamento de capital** - É definido em atendimento à Resolução nº 4.557/17, do CMN, como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pelo Conglomerado, assegurando nível adequado de capitalização em conformidade com as diretrizes e limites regulatórios, e permitindo prospectivamente ao Conglomerado implementar suas estratégias de negócios. Tais objetivos estão descritos na Política de Gerenciamento de Capital, que também define a governança a ser seguida no gerenciamento e os procedimentos a serem realizados no monitoramento e elaboração dos relatórios regulatórios relacionados ao gerenciamento de capital. A Diretoria aprova a Política de Gerenciamento de Capital, o Plano de Contingência, o Plano de Capital e o parâmetro de Apetite a Risco pelo menos uma vez ao ano. O processo de gestão de capital é revisado pela Auditoria Interna periodicamente. O Conglomerado está classificado como Segmento 3 conforme Resolução nº 4.553/17, do CMN, e durante o período não houve qualquer descumprimento dos requisitos de capital previstos na regulamentação em vigor. Seguem abaixo os números:

	Junho de 2020	Dezembro de 2019
Patrimônio de referência (PR) (Nível 1)	5.505.518	5.433.264
Risco de crédito	16.539.258	11.095.870
Risco de mercado	16.372.732	14.018.135
Risco operacional	3.236.065	2.977.509
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	36.148.055	28.091.514
Índice de Basileia (IB)	15,23%	19,34%
PR mínimo exigido para RWA	2.891.844	2.247.321
Adicional de capital principal	451.851	702.288
Risco da carteira <i>banking</i>	482.382	52.345
Total de capital requerido	3.826.077	3.001.954
Margem sobre o capital requerido	1.679.440	2.431.310

As principais alterações regulatórias incorridas no período foram: (i) alteração no Adicional de Capital Principal de Conservação de 2,5% para 1,25% em função da COVID-19; (ii) alteração na metodologia de cálculo da exposição cambial (RWAcamb) que compõe o risco de mercado e (iii) alteração na metodologia de cálculo do risco da carteira *banking* da RBAN para o IRRBB. Para outras informações consulte o Relatório de Gerenciamento de Risco e Capital (Pillar III) no site www.jp.morgan.com/country/BR/PT/disclosures.

(f) **Análise de Sensibilidade** - De acordo com a Circular nº 3.959, do BACEN, apresentamos a seguir a análise de sensibilidade de nos instrumentos financeiros, onde se concentram os riscos relevantes das instituições do Conglomerado. A análise de sensibilidade é realizada na visão do Conglomerado JP Morgan e executada no escopo da Gerência de Risco de Mercado, que é responsável por monitorar e reportar diariamente as utilizações de limites, revisar a política pelo menos anualmente, garantir que a infraestrutura dos sistemas de risco de mercado seja adequada, informar diariamente as posições de risco para a alta administração, incluindo os supervisores das Unidades de Negócios, *Traders* e Diretor Estatutário de Riscos das Entidades (*Chief Risk Officer, CRO*). O gerenciamento, monitoramento e controle de Risco de Mercado é feito diariamente através de três tipos de medidas: estatísticas, não estatísticas e simulações de estresse. a) Medidas estatísticas são representadas pela *Value at Risk (VaR)*: É uma medida estatística que estima a perda potencial decorrente de movimentos adversos em condições normais de mercado. Calculado utilizando simulação histórica - 1 ano de série histórica, horizonte de 1 dia e nível de confiança de 95%. b) As medidas não estatísticas são utilizadas com o intuito de limitar o tamanho absoluto das posições em aberto. As principais medidas não estatísticas são: Valor de mercado; *Basis Point Value (BPVs)*: Variação do valor de mercado decorrente de um aumento de um ponto-base (+0,01%) nas taxas de juros; Delta: sensibilidade de primeira ordem em relação ao ativo subjacente; Gamma: sensibilidade de segunda ordem em relação ao ativo subjacente; Vega: sensibilidade de primeira ordem em relação à volatilidade implícita; Rho: equivalente ao BPV, sensibilidade de primeira ordem à taxa de juro. c) Teste de estresse, que também é uma medida não estatística, visa capturar eventos de mercado atípicos, porém plausíveis e medir as perdas e ganhos potenciais. Os cenários buscam definir e antecipar eventos futuros em vez de replicar crises passadas. Projetados de forma que cada cenário seja impulsionado por um grande movimento em pelo menos uma classe de ativos (epicentro econômico) e contágio nas classes remanescentes (por exemplo, câmbio, taxas de juros, preços de ações e *commodities*). Estrutura de Limites - Os limites são estabelecidos pela Área de Riscos de Mercado e pelos Diretores das Unidades de Negócios. Os outorgantes decidiram estabelecer limites de *VaR*, Estresse, "*Stop-Loss*" e de sensibilidades (limites não estatísticos). Os limites são apresentados pelos signatários de limites apropriados e preestabelecidos e são, também, apresentados ao Comitê de Risco do Brasil ("BRC") e à Diretoria. Seguem dados quantitativos:

	Junho de 2020	Dezembro de 2019
Fator de Risco		VaR
Moeda Estrangeira	3.551	1.949
Taxa de Juros	24.091	11.702
Renda Variável	7.630	2.340
Efeito Diversificação	(8.117)	(3.279)
Total	27.155	12.712

	Junho de 2020	Dezembro de 2019
Relatório de risco de mercado - exposição		
Fator de Risco		
BPV		
Juros Pré	555	(107)
Inflação	(414)	(354)
USD	(397)	(222)
USD - On	(113)	209
Outros	(82)	(161)
FX Delta		
USD	22.845	(134.523)
JPY	(9.509)	(10.216)
EUR	(124.888)	(34.975)
GBP	(85.122)	(187.764)
Outras	(32.452)	(19.617)
Ações		
Delta	21.256	(217.263)

	Junho de 2020	Dezembro de 2019
Resultado dos Testes de Stress		
Cenário		
<i>Bond Sell Off</i>	(6.174)	332.635
<i>Commodities Sell Off</i>	155.743	98.820
<i>Credit Crisis</i>	255.683	69.516
<i>Basis</i>	(10.925)	(51.456)
<i>Emerging Markets Sell Off</i>	156.133	277.649
<i>Equity Collapse</i>	84.531	(63.234)
<i>EURO Zone</i>	58.728	62.194
<i>General Recovery</i>	(28.037)	(641)
<i>Inflation</i>	95.343	(21.833)
<i>Oil Crisis</i>	74.944	221.406
<i>USD Crisis</i>	(4.934)	(162.495)

Cenários: • *Equity Collapse* é representado por uma reversão abrupta no mercado de ações após um longo e sustentado período de aquecimento do mercado global. • *Credit Crisis* é representado por uma instabilidade política nos países emergentes gerando fuga de recursos destes mercados para o mercado americano e europeu. • *Bond Sell Off* é representado por uma crise deflagrada por uma mudança na política monetária nos EUA para contracionista ("*hawkish*"). • *Inflation*. Similar ao *Bond Sell Off*, no entanto a crise é deflagrada por alta inesperada da inflação nos EUA. • *USD Crisis* é representado por uma crise deflagrada por desvalorização significativa do dólar em relação às outras moedas do G10. • *Commodities Sell Off* é representado por uma crise decorrente de queda abrupta nos preços de *commodities*. • *Emerging Markets* é representado por uma crise severa em mercados emergentes e fuga de capitais para mercados desenvolvidos. • *EURO Zone* é representado por uma crise deflagrada por fuga de capitais dos seguintes países da União Europeia: Grécia, Irlanda, Portugal, Espanha e Itália. • *General Recovery*, neste cenário os mercados estão positivos globalmente e se observa uma venda moderada de títulos da dívida de países desenvolvidos e pequena desvalorização de metais preciosos. • *Dealer Exit* é representado pelos efeitos decorrentes do zeramento de posições de menor liquidez concentradas em um investidor ou *dealer* de grande porte.

	Junho de 2020	Dezembro de 2019
5. Caixa e equivalentes de caixa		
São representados por disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de vencimento em até 3 meses.		
Disponibilidades	45.735	40.031
Aplicações no mercado aberto - operações compromissadas	40.697.185	31.094.745
Posição bancada	36.185.597	23.590.736
Posição financiada	4.033.410	7.341.853
Posição vendida	478.178	162.156
Total	40.742.920	31.134.776

	Junho de 2020	Dezembro de 2019
6. Aplicações interfinanceiras de liquidez		
Aplicações em operações compromissadas - posição bancada*	1.006.666	-
Aplicações em moeda estrangeira	34.042	135.048
Total das aplicações interfinanceiras de liquidez	1.040.708	135.048

(*) Referem-se a operações compromissadas com prazo de vencimento acima de 3 meses e que, portanto, não são consideradas como caixa e equivalente de caixa.

	Junho de 2020	Dezembro de 2019		
7. Títulos e Valores Mobiliários - TVM				
(a) Classificação e composição da carteira				
	Valor de custo	Ganhos / (Perdas) não realizados	Valor de mercado em junho de 2020	Valor de mercado em dezembro de 2019
Títulos para negociação	11.966.724	180.764	12.147.488	3.873.589
Carteira própria	2.692.169	12.831	2.705.000	1.378.856
LFT	15.160	(11)	15.149	110.235
LTN	1.983.156	9.223	1.992.379	1.076.243
NTN-B	323.423	2.427	325.852	99.492
NTN-F	166.043	1.075	167.118	24.211
Ações	204.385	117	204.502	68.675
Vinculados à prestação de garantias	9.274.555	167.933	9.442.488	2.494.733
LFT	583.909	(111)	583.798	458.007
LTN	5.209.608	64.852	5.274.460	349.140
NTN-B	375.742	8.211	383.953	738.047
NTN-C	3.663	706	4.369	4.224
NTN-F	2.994.889	94.346	3.089.235	640.499
Cotas de fundos de investimentos	51.050	-	51.050	50.199
Ações	55.694	(7)	55.623	254.617
Títulos disponíveis para venda	755.564	(15.000)	740.564	759.582
Carteira própria	755.564	(15.000)	740.564	759.582
Debêntures	755.564	(15.000)	740.564	759.582
Total da carteira de TVM	12.722.288	165.764	12.888.052	4.633.171

	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Carteira própria	204.502	1.393.423	356.568	1.090.123	400.948	3.445.564
Vinculados à prestação de garantias	106.673	74.685	5.506.614	3.328.609	425.907	9.442.488
Total da carteira - junho de 2020	311.175	1.468.108	5.863.182	4.418.732	826.855	12.888.052
Total da carteira - dezembro de 2019	373.491	134.308	959.446	1.845.264	1.320.662	4.633.171

8. Instrumentos financeiros derivativos: O Conglomerado participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender suas necessidades próprias e de seus clientes, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado. A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limites das posições. As operações com instrumentos financeiros derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores, para comprar ou vender ativos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos ou, ainda, compromissos para trocar pagamentos futuros de juros. Os valores dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação são resumidos como segue:

	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal Junho de 2020	Valor nominal Dezembro de 2019
Operações de swaps	2.356.152	7.669.302	62.386.080	40.435.177
Taxa de juros	270.383	125.920	29.941.126	12.166.526
Moeda	681.710	2.445.626	8.499.718	6.518.270
Outros	1.474.055	5.085.178	23.945.236	21.750.381
Ajustes prudenciais ¹	(69.996)	12.578	-	-
Operações com opções	2.499.344	2.394.017	40.756.534	38.902.273
Compra de opção:	2.499.344	-	20.329.386	19.418.095
Compra de dólar	1.967.041	-	5.870.792	7.208.562
Compra de índice de ação	144.414	-	2.071.531	4.575.861
Compra de ação	88.617	-	2.661.035	994.165
Compra de <i>commodities</i>	6.276	-	185.319	398.863
Venda de dólar	48.293	-	2.715.082	1.858.651
Venda de índice de ação	139.807	-	5.517.387	3.085.806
Venda de ação	102.985	-	1.000.010	761.175
Venda de <i>commodities</i>	9.034	-	308.230	535.012
Ajustes prudenciais ¹	(7.123)	-	-	-
Venda de opção:	-	2.394.017	20.427.148	19.484.178
Compra de dólar	-	1.772.952	5.720.387	5.380.552
Compra de índice de ação	-	89.321	1.908.814	4.816.087
Compra de ação	-	84.748	2.493.193	1.364.622
Compra de <i>commodities</i>	-	6.276	185.319	398.863
Venda de dólar	-	48.143	3.006.332	2.699.227
Venda de índice de ação	-	195.985	5.838.772	3.808.026
Venda de ação	-	187.439	966.101	481.789
Venda de <i>commodities</i>	-	9.034	308.230	535.012
Ajustes prudenciais ¹	-	119	-	-
Operações com futuros	105.525	147.738	110.461.995	62.018.189
Posição comprada	28.877	83.143	65.501.580	41.350.740
Cupom cambial - DDI	4.402	12.323	31.083.046	14.729.414
DI de 1 dia	3.762	3	13.424.356	13.482.214
Moedas	-	64.424	10.440.789	5.362.929
Cupom IPCA	17.296	208	9.144.600	7.030.229
Índice de ação	3.417	6.185	1.408.789	745.954
Posição vendida	76.648	64.595	44.960.415	20.667.449
Cupom cambial - DDI	5.864	46.375	20.516.513	3.371.044
DI de 1 dia	9	18.127	24.151.785	16.582.739
Moedas	70.399	-	50.533	37.901
Cupom IPCA	-	24	131.274	130.211
Índice de ação	376	69	110.310	545.554
Operações a termo	455.982	455.929	455.823	116.329
Posição comprada - títulos	233.471	233.312	233.312	54.873
Posição vendida - títulos	222.511	222.617	222.511	61.456
Outros derivativos	1.640.969	1.772.805	36.386.154	23.900.541
Moedas	1.623.550	1.662.819	35.024.459	23.110.181
<i>Commodities</i>	20.216	19.258	857.665	351.762
Outros	839	89.815	504.030	438.598
Ajustes prudenciais ¹	(3.636)	913	-	-

¹ Ajustes prudenciais: referem-se a ajustes de CVA, precificação e/ou liquidez conforme descrito na Nota de práticas contábeis (Nota 3 (b)). Os valores a receber e a pagar de operações de *swap*, operações a termo, opções e outros derivativos estão registrados na rubrica de "Instrumentos financeiros derivativos" e de operações de futuros na rubrica de "Negociação e intermediação de valores". Os valores nominais estão registrados em contas de compensação.

	Valor de custo	Ganhos / (Perdas) não realizados	Valor de mercado Junho de 2020	Valor de mercado Dezembro de 2019
Ativo	7.850.525	(898.078)	6.952.447	2.268.861
Operações de <i>swap</i>	2.421.026	(64.874)	2.356.152	591.573
Operações a termo	455.824	158	455.982	116.321
Prêmio de				

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Dezembro de 2019		
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 5 anos
Pessoa jurídica - capital de giro, desconto de títulos e conta garantida.....	553.059	159.635	138.548
Pessoa jurídica - importação e exportação.....	1.307.435	96.512	109.196
Pessoa jurídica - outros.....	50.763	-	361.545
Pessoa física - outros.....	5.186	-	2.006
Total	1.916.443	256.147	611.295

(d) Composição por nível de risco

Nível de risco.....	Junho de 2020		Dezembro de 2019	
	Total da carteira	Provisão constituída	Total da carteira	Provisão constituída
AA.....	3.233.226	4.745	2.321.412	4.175
A.....	57.266	352	401.885	3.721
B.....	709.649	13.315	60.588	773
C.....	450.183	14.551	-	-
Total	4.450.324	32.963	2.783.885	8.669

(e) Evolução da provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa

	Junho de 2020	Dezembro de 2019
Saldo inicial.....	8.669	4.129
Constituição/(Reversão) de provisão.....	24.294	4.540
Saldo final	32.963	8.669

Durante o semestre foi revertida provisão referente a garantias financeiras prestadas no valor de R\$ 3.211 (dezembro de 2019 - constituição anual de R\$ 1.973). O saldo das provisões sobre garantias financeiras prestadas totaliza R\$ 893 (dezembro de 2019 - R\$ 4.104). No primeiro semestre de 2020 foi constituída provisão referente a títulos e créditos a receber sem características de concessão de crédito classificada em "Outros créditos" no valor de R\$ 124.596. O saldo da provisão dos referidos títulos e créditos totalizam R\$ 134.361 (dezembro de 2019 - R\$ 9.765). Não houve renegociação de créditos nos semestres findos em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019. Em 2020 houve recuperação de crédito no valor de R\$ 21.596.

10. Outros créditos e outras obrigações

(a) **Carteira de câmbio** - No ativo, está representada, principalmente, por câmbio comprado a liquidar no valor de R\$ 4.173.490 (dezembro de 2019 - R\$ 2.232.527), direitos sobre vendas de câmbio no valor de R\$ 5.458.347 (dezembro de 2019 - R\$ 1.807.662) e foram deduzidos por adiantamentos recebidos em moeda nacional no valor de R\$ 6.374 (dezembro de 2019 - R\$ 10.781). No passivo, está representada por câmbio vendido a liquidar no valor de R\$ 5.485.248 (dezembro de 2019 - R\$ 1.807.980) e obrigações por compra de câmbio no valor de R\$ 3.912.692 (dezembro de 2019 - R\$ 2.267.397) e foram deduzidos por adiantamentos sobre contratos de câmbio, sem rendas, no valor de R\$ 2.195.607 (dezembro de 2019 - R\$ 1.383.716).

(b) **Negociação e intermediação de valores** - No ativo, referem-se a operações com ativos financeiros e mercadorias no montante de R\$ 187.469 (dezembro de 2019 - R\$ 56.046), caixa de registro de liquidação no valor de R\$ 178.383 (dezembro de 2019 - R\$ 114.734), devedores por conta liquidação pendentes R\$ 467.104 (dezembro de 2019 - R\$ 352.741) e, no passivo, principalmente, a credores por conta de liquidações pendentes no valor de R\$ 1.705.350 (dezembro de 2019 - R\$ 1.423.846), operações com passivos financeiros a liquidar no valor de R\$ 141.032 (dezembro de 2019 - R\$ 230.426), credores por empréstimos de ações R\$ 2.212.082 (dezembro de 2019 - R\$ 200.253).

(c) Outros créditos - diversos

	Junho de 2020	Dezembro de 2019
Depósitos judiciais - obrigações fiscais e previdenciárias.....	768.458	753.875
Depósitos judiciais - ações civéis.....	21.584	21.581
Depósitos judiciais - ações trabalhistas.....	10.341	11.027
Devedores diversos exterior.....	607.605	109.290
Títulos e créditos a receber - sem característica de concessão de crédito.....	232.269	9.765
Impostos e contribuições a compensar/recuperar.....	86.233	18.109
Outros.....	15.862	12.985
Total	1.742.352	936.632

(d) **Créditos tributários e obrigações fiscais diferidas** - A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são demonstrados como segue:

	Junho de 2020	Dezembro de 2019
Diferenças temporárias.....	660.185	437.330
Contingências.....	51.212	51.834
Provisão para devedores duvidosos.....	78.533	11.583
Provisão para honorários advocatícios.....	9.555	8.892
Provisão para participação nos lucros.....	49.978	80.456
Marcação a Mercado - TVM e derivativos.....	386.972	218.957
Marcação a Mercado - Disponíveis para venda.....	6.750	-
Unidade de ações restritas - RSU.....	74.598	61.706
Outros.....	2.587	3.902
Prejuízos fiscais e base negativa.....	603	38.997
Total de créditos tributários - ativo	660.788	476.327
Total Obrigações fiscais diferidas - passivo	(49.197)	(125.276)

No semestre foi constituído crédito tributário sobre diferenças temporárias de R\$ 314.376 (dezembro de 2019 - R\$ 302.137), tendo sido realizado R\$ 91.521 (dezembro de 2019 - R\$ 131.628) sobre diferenças temporárias e R\$ 38.394 sobre prejuízo fiscal de base negativa de CSLL (dezembro de 2019 - R\$ 73.379). No ano de 2019 foi constituído crédito tributário sobre prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL no valor de R\$ 24.375. No semestre foi constituído IR diferido passivo, no valor de R\$ 1.586 (dezembro de 2019 - R\$ 124.872) e realizado o valor R\$ 77.665 (dezembro de 2019 - R\$ 151). A previsão de realização dos créditos tributários no montante de R\$ 660.788 é estimada em 10% no 1º ano, 25% no 2º ano, 11% no 3º ano, 21% no 4º ano, 11% no 5º ano, 7% no 6º ano, 3% no 7º ano, 4% no 8º ano, 2% no 9º ano e 6% no 10º ano. Com base na Resolução nº 4.720, do CMN, e na Circular nº 3.959, do BACEN, para fins de balanço os créditos tributários e obrigações fiscais diferidas devem ser apresentados integralmente no longo prazo. O saldo comparativo de 31 de dezembro de 2019 foi reclassificado para manter a comparabilidade. O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado, monta a R\$ 542.121 (dezembro de 2019 - R\$ 386.891). O Conglomerado possui créditos tributários não ativados sobre o prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social, no montante de R\$ 1.419 (dezembro de 2019 - R\$ 1.419).

(e) Outras obrigações fiscais

	Junho de 2020	Dezembro de 2019
Impostos e contribuições a recolher.....	68.448	48.035
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro.....	311.741	223.962
Total	380.189	271.997

(f) **Passivos contingentes e obrigações legais** - As obrigações legais e provisões para contingências constituídas, as variações no período e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

I. Composição dos saldos patrimoniais

	Provisões	
	Junho de 2020	Dezembro de 2019
Fiscais e previdenciárias.....	496.349	492.598
Cíveis.....	72.376	71.467
Trabalhistas.....	33.324	35.434
Total	602.049	599.499

II. Movimentação dos saldos patrimoniais

	Fiscais e Previdenciárias		Total Junho de 2020	Total Dezembro de 2019
	Obrigações legais e outros passivos contingentes	Provisões		
Saldo inicial.....	71.467	35.434	492.598	599.499
Despesas financeiras - juros.....	909	1.024	4.004	5.937
Constituições.....	-	976	-	976
Reversões.....	-	(402)	(253)	(655)
Pagamentos.....	-	(3.708)	-	(3.708)
Saldo Final	72.376	33.324	496.349	602.049

III. **Fiscais e previdenciárias - obrigações legais** - O Conglomerado é parte em processos judiciais de natureza tributária, sendo as principais demandas aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) duvidabilidade da despesa da CSLL da base de cálculo do Imposto de Renda; (ii) cobrança de alíquota diferenciada de CSLL, em relação às empresas não financeiras. Por representarem obrigações legais, o montante envolvido está integralmente provisionado.

IV. **Fiscais e previdenciárias - passivos contingentes** - O Conglomerado também é parte em processos judiciais de natureza tributária que são caracterizados como passivos contingentes e cujo risco de perda é classificado como possível pelos advogados externos responsáveis pela condução de tais demandas, sendo as principais, aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) imposição do ISS sem amparo da lei federal (taxatividade da lista federal de serviços em relação à lista municipal) no valor de R\$ 124.664 (dezembro de 2019 - R\$ 121.468); (ii) contribuições previdenciárias no valor de R\$ 79.544 (dezembro de 2019 - R\$ 76.966); (iii) IRPJ e CSLL, sobre ganhos decorrentes da desmutualização da Bovespa e BM&F e da CETIP, no valor de R\$ 25.338 (dezembro de 2019 - R\$ 25.109); (iv) IRPJ sobre a glosa de dedução de despesas de PLR e gratificações pagas a diretores estatutários R\$ 42.664 (dezembro de 2019 - R\$ 42.153); (v) multas e honorários da procuradoria relacionados ao alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS, no valor total de R\$ 1.892 (dezembro de 2019 - R\$ 1.884) - por decisão da Instituição, foi constituída provisão para referidos débitos; e (vi) outros casos que totalizam R\$ 55.494 (dezembro de 2019 - R\$ 41.719).

V. **Ações trabalhistas** - Referem-se a ações trabalhistas contra o Conglomerado, patrocinadas por ex-funcionários. O valor das contingências trabalhistas é provisionado considerando as características individuais de cada ação. As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, montam R\$ 144.821 (dezembro de 2019 - R\$ 144.871).

VI. **Ações civéis** - O Conglomerado é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível decorrentes, em sua grande maioria, das atividades desenvolvidas pelos bancos e empresas que incorporou ao longo dos anos. Com isso, o Conglomerado possui um número limitado de processos relativos à sua atual estrutura e respectivos serviços. As provisões são constituídas com base nas opiniões de assessores jurídicos internos e externos sobre a probabilidade de perda de cada ação. A probabilidade de perda é definida através da avaliação individual das ações, que é baseada em análise histórica de informações disponíveis através de experiências em casos passados e semelhantes, daquilo que o mercado vem vivenciando e aplicando, dos entendimentos proferidos por nossos órgãos reguladores e/ou fiscalizadores, das decisões até então proferidas nos casos existentes, assim como na jurisprudência atual dos tribunais. Os principais processos civéis são referentes à cobrança de expurgos inflacionários decorrentes dos diversos planos econômicos instituídos pelo Governo Federal brasileiro entre os anos de 1989 e 1994. Tais planos tiveram como objetivo a estabilização econômica e combate à hiperinflação (Planos Econômicos). Através de tais processos os detentores de certos tipos de investimento questionam o valor creditado pelo Banco por entenderem que as alterações trazidas pelos Planos Econômicos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários. Em dezembro de 2017, foi firmado acordo entre representantes de bancos e associações de defesa do consumidor sobre o ressarcimento de perdas supostamente registradas por conta de planos econômicos, que foi devidamente homologado pelo Supremo Tribunal Federal no início de 2018. Em maio de 2020, o Supremo Tribunal Federal, homologou um termo aditivo ao acordo prorrogando o prazo para adesão por até 60 meses adicionais. Com relação ao Plano Real, o Supremo Tribunal Federal julgou em maio de 2019 a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 77, declarando constitucional o art. 38 da Lei que instituiu referido plano. Quanto aos demais Planos Econômicos, eles ainda dependem de uma decisão final do Supremo Tribunal Federal que, em razão da grande relevância da questão, determinou a suspensão de todos os recursos ainda pendentes. Não há, nesse momento, previsão para o julgamento final das ações pendentes no Supremo Tribunal Federal. As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, montam R\$ 2.303 (dezembro de 2019 - R\$2.420).

(g) Outras obrigações - diversas

	Junho de 2020	Dezembro de 2019
Despesas com pessoal.....	423.740	409.155
Despesas administrativas.....	24.097	22.243
Credores diversos - exterior.....	8.884	-
Outros.....	37.302	23.199
Total	494.023	454.597

11. **Imobilizado de uso**: "Imóveis de uso" estão representados por edificações, no valor de R\$ 28.600 (dezembro de 2019 - R\$ 28.220) e terrenos, no valor de R\$ 25.241 (dezembro de 2019 - R\$ 25.241). "Outras imobilizações de uso" estão representadas, principalmente, por instalações, móveis e equipamentos de uso, no valor de R\$ 87.739 (dezembro de 2019 - R\$ 84.559) e sistema de processamentos de dados no valor de R\$ 36.676 (dezembro de 2019 - R\$ 35.900).

12. **Ativos intangíveis**: Outros ativos intangíveis são compostos por aquisição da carteira da J.P.Morgan Gávea Gestão de Patrimônio Ltda., no valor de R\$ 22.592 (dezembro de 2019 - R\$ 22.592) e aquisição de Código Fonte no valor de R\$ 2.500 (dezembro de 2019 - R\$ 2.500).

13. Depósitos e captações

(a) Depósitos

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total Junho de 2020	Total Dezembro de 2019
Depósitos à vista.....	223.559	-	-	-	223.559	320.047
Depósitos interfinanceiros.....	-	-	11.890	144.040	155.930	109.127
Depósitos a prazo.....	1.295.974	2.970.851	1.296.588	2.798.423	8.361.836	5.721.553
Total	1.519.533	2.970.851	1.308.478	2.942.463	8.741.325	6.150.727

(b) Captações no mercado aberto

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total Junho de 2020	Total Dezembro de 2019
Operações compromissadas carteira de terceiros.....	4.033.410	-	-	4.033.410	7.341.853
Operações compromissadas carteira livre movimentação....	487.674	-	-	487.674	162.209
Captação COE.....	-	133.120	295.377	428.497	394.603
Total	4.521.084	133.120	295.377	4.949.581	7.898.665

14. **Obrigações por empréstimos no exterior**: São representados por recursos captados em instituições financeiras do J.P.Morgan Chase Bank no exterior, sendo R\$ 32.289.066 (dezembro de 2019 - R\$ 15.328.827) com vencimentos entre julho de 2020 e abril de 2021 (dezembro de 2019, as operações possuíam vencimentos entre janeiro e junho de 2020). As taxas de juros para as captações em dólar variam de 0,06% até 0,80% ao ano (dezembro de 2019 - 1,33% até 2,45%). De acordo com as normas expedidas pelo CMN, e atendendo às determinações do BACEN, em 30 de junho de 2020, o Banco considerou para fins de conversão para reais das operações de empréstimos no exterior, a taxa de câmbio Ptax. Por outro lado, na mesma data-base o Banco possui operações com derivativos negociados na B3 realizados com o objetivo de proteção da exposição cambial, para as quais a taxa de câmbio utilizada para liquidação é a taxa de fechamento do dia. Esse tratamento gerou um descaço entre a variação cambial dos empréstimos no exterior e a do instrumento financeiro derivativo, devido à variação significativa entre essas duas taxas de câmbio. Caso os dois instrumentos financeiros indexados em moeda estrangeira e contratados com o objetivo de proteção da exposição cambial fossem convertidos pela mesma taxa de câmbio de fechamento, o efeito patrimonial líquido seria um aumento de R\$ 140.059 (dezembro de 2019 - aumento de R\$ 27.266).

15. **Imposto de renda e contribuição social**: A tributação, considerando as alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social (Nota 3(g)), sobre o resultado antes dos impostos é demonstrada como segue:

	Junho de 2020	Junho de 2019
Resultado antes do IRPJ e CSLL - deduzida a participação nos lucros.....	147.404	294.180
Encargo total do IRPJ e CSLL à alíquotas vigentes (1).....	(58.411)	(117.672)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	(30.913)	(29.832)
Efeito CSLL 5%.....	16.572	-
Outros.....	2.332	(43)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos.....	(12.009)	(29.875)
Resultado de IRPJ e CSLL no semestre	(70.420)	(147.547)

(1) Considera alíquota de 20% para CSLL de entidades bancárias e 15% para entidades não bancárias.

16. **Patrimônio líquido**: O capital social do Banco está dividido em 5.661 (dezembro de 2019 - 5.661) ações nominativas, sendo 5.470 (dezembro de 2019 - 5.470) ordinárias e 191 (dezembro de 2019 - 191) preferenciais, sem valor nominal. São mantidas 6 ações preferenciais em tesouraria (dezembro de 2019 - 6). As ações preferenciais não têm direito a voto; todavia, gozam de prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da sociedade e prioridade na distribuição de dividendos, observado o direito ao recebimento de dividendos 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias. Aos acionistas é assegurado um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, sendo que o saldo remanescente terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas. O capital social do JPMorgan Chase Bank, National Association representa os investimentos da matriz, acrescidos dos lucros capitalizados e das reservas incorporadas ao capital. O capital estrangeiro registrado no BACEN é de US\$ 60.211.065,96 e Euro 3.135,49. A Reserva de lucros - estatutária poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais ao Conglomerado, bem como para garantir futura distribuição de dividendos. A Reserva de lucros - legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social. A reserva poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital atingindo 30% do capital social. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 07 de dezembro de 2018, foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 229.500. Esse aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em fevereiro de 2019. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 18 de dezembro de 2019, foi aprovado o aumento do capital para o Banco no montante de R\$ 127.500. Esse aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em fevereiro de 2020.

17. Transações com partes relacionadas (Grupo J.P. Morgan)

As transações realizadas com partes relacionadas, em conformidade com as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, estão representadas abaixo. Todas as entidades apresentadas abaixo são empresas coligadas ou controladoras do Grupo.

(a) Transações com entidades do Grupo

	Ativos / (Passivos)		Receitas / (Despesas)	
	Junho de 2020	Dezembro de 2019	Junho de 2020	Junho de 2019
Disponibilidades em moeda estrangeira	38.579	36.483	101.999	12.251
JPMorgan Chase Bank London.....	16.801	12.319	97.013	12.377
JPMorgan Chase Bank, National Association.....	19.108	19.101	4.680	(126)
Banco JPMorgan S.A. Mexico.....	2.670	5.063	306	-
Aplicação em moeda estrangeira	34.042	135.048	102.646	1.741
JPMorgan Chase Bank, National Association.....	34.042	135.048	102.646	1.741
Instrumentos financeiros derivativos	1.186.931	314.685	1.480.756	(98.433)
J.P. Morgan Overseas Capital LLC.....	148.811	89.001	7.390	-
Lawton Multimercado.....	1.038.120	225.684	1.480.756	(105.823)
Serviços prestados a receber	34.578	98.998	187.048	131.865
J.P. Morgan Administradora de Carteiras do Brasil Ltda.....	3.150	419	3.045	629
J.P. Morgan Overseas Capital LLC.....	1.463	2.678	40.261	8.036
J.P. Morgan Securities LLC.....	10.744	30.882	31.574	26.601
JPMorgan Asset Management (Europe).....	-	-	-	624
JPMorgan Chase Bank, National Association.....	8.637	16.338	34.879	30.914
J.P. Morgan Securities PLC - Paris Branch.....	821	26.652	17.779	10.425
Lawton Multimercado.....	3.096	3.864	22.818	22.632
JPMorgan Chase Bank, N.A. - London Branch.....	6.667	18.165	36.692	32.004
Outros valores a receber/(a pagar)	607.036	108.831	(550)	3
J.P. Morgan Administradora de Carteiras do Brasil Ltda.....	-	54	-	-
J.P. Morgan Securities LLC.....	(569)	-	(550)	-
JPMorgan Chase Bank, National Association.....	607.605	109.292	-	3
JPMorgan Chase Bank, N.A. - London Branch.....	-	(515)	-	-
Depósitos à vista	(2.928)	(4.144)		

A DIRETORIA NA DATA DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Azarias de Castro Feitosa Junior
Daniel Costa Barreto
Daniel de Moraes e Silva Granja
Decio Ramos Porchat de Assis
Fabio Jorge Resegue
Jorge Constantino Bernardes dos Santos

Landulpho Borges da Fonseca Tutzer Profili
Luiz Fernando Tanus Gambale
Marcelo Ferreira Santos
Marcelo Silveira Barbosa
Márcio Bonfiglioli
Marcus Vinicius de Macedo

Monica de Deus Leopoldino
Pedro Clark Juliano
Renata Fracaroli Vilanova Lobo
Roberto Jorge Cozzari

DIRETOR RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

Jorge Constantino Bernardes dos Santos

CONTADORA

Lucila Parize Moraes Stolf Litwin - CRC 1SP228413/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Aos Administradores e Acionistas
Banco J.P. Morgan S.A.

Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco J.P. Morgan S.A. (“JP Morgan Chase - Conglomerado Prudencial” ou “Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações contábeis de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução no 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na Nota 2 - “Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis” e Nota 3 - “Principais práticas contábeis”. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Banco J.P. Morgan S.A. em 30 de junho de 2020, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução no 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito nas Notas 2 - “Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis” e 3 - “Principais práticas contábeis” às referidas demonstrações.

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial”. Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial** - Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota 2 - “Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis”, que divulga que: As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Banco para cumprir com os requisitos da Resolução no 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis individuais para fins gerais - O Banco J.P. Morgan S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis individuais para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 3 de setembro de 2020.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial - A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução no 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos nas Notas 2 - “Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis” e 3 - “Principais práticas contábeis” às referidas demonstrações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração de acordo com os requisitos da Resolução no 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais- Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 3 de setembro de 2020.



pwc PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Conglomerado JP Morgan (o “Conglomerado”), constituído pela Assembleia Geral Extraordinária de 14 de junho de 2004, é composto por quatro membros, todos eles diretores do Banco. Dentre as principais atividades exercidas pelo Comitê de Auditoria no âmbito de suas atribuições para a data-base 30 de junho de 2020, destacam-se: a. a avaliação da efetividade do sistema de controles internos e das auditorias independente e interna, com ênfase nos processos de avaliação de risco, no monitoramento do ambiente de controle e na detecção de eventuais deficiências existentes; b. a avaliação da qualidade das demonstrações contábeis do Conglomerado e das empresas que compõem seu conglomerado financeiro local. Com o objetivo de assegurar a efetividade do ambiente de controles internos, o Comitê de Auditoria abordou diversas atividades de controles internos do Conglomerado as quais são exercidas através de um conjunto de políticas internas e procedimentos. Tais políticas e procedimentos, que são devidamente supervisionados pela Administração do Conglomerado, objetivam a verificação sistemática de adoção e cumprimento de dispositivos legais e normativos. O Comitê de Auditoria acompanhou o monitoramento contínuo do ambiente de controles internos e as iniciativas em andamento. As atividades de controle interno incluem, entre outras, o estabelecimento de

políticas internas e seu monitoramento, o processo de autoavaliação de controles pelas diversas áreas do Conglomerado, a análise da eficiência operacional, o Comitê de Controle, e auditorias periódicas realizadas pela Auditoria Interna e pela PricewaterhouseCoopers. No contexto da avaliação da efetividade do sistema de controles internos, nenhuma deficiência relevante foi identificada. O Comitê de Auditoria também realizou reuniões com as auditorias independente e interna onde foram avaliados o plano de auditoria e seu relacionamento com os objetivos estratégicos do Conglomerado, a independência, a qualificação, a metodologia e a qualidade dos relatórios e comunicações dentre outros pontos passíveis de avaliação. O Comitê de Auditoria conclui que os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna são adequados e estão compatíveis com as funções e responsabilidades das mesmas. Com base nas atividades acima mencionadas e no âmbito de suas atribuições, o Comitê de Auditoria considera apropriada a qualidade das demonstrações contábeis findas em 30 de junho de 2020.

São Paulo, 2 de setembro de 2020.